

# The "Satanic Mill" in Neoliberalism

Hugo Fanton

*Received: 5 April 2021 Accepted: 30 April 2021 Published: 15 May 2021*

---

## Abstract

This is a theoretical article on neoliberalism in the 21st century, which aims to articulate the notion of neoliberal rationality with Karl Polanyi's concept of "satanic mill". Based on the analysis of the historical shaping of neoliberalism in Brazil and in world, on the approaches of Brazilian political thought and, at the international level, supported by Christian Laval, Pierre Dardot, Wendy Brown and Nancy Fraser, I defend the argument that the neoliberal reason, similar to liberalism in the Industrial Revolution period, is a mechanism that destroys social tissues, promotes competition in all dimensions of human life and authoritarian forms of politicalsocial organization.

---

***Index terms***— neoliberalism; democracy; authoritarianism.

Introdução: Um Moinho Que Se Refez início este artigo de forma pouco usual, com uma advertência. A referência a Karl Polanyi para refletir sobre a sociedade neoliberal parece, em um primeiro momento, contraintuitiva. Isso porque em "A grande transformação" o autor sugere que a humanidade teria passado para uma nova etapa histórica, em que a sociedade se impõe ao indivíduo. No capítulo final da obra, a reflexão recai sobre o problema da liberdade, ou seja, se a nova sociedade que surge é compatível com a liberdade, na medida em que a grande transformação por que o mundo passara com as duas grandes guerras teria representado o fim do predomínio dos mercados e a ascensão do fascismo e do socialismo como as formas possíveis de organização social. Polanyi não imaginou que a sociedade de mercado, em um novo tipo de liberalismo, voltaria a predominar, com a reorganização de um sistema autorregulável de mercados em plano global, que predomina sobre outras formas de integração político-social, submetendo Estado, natureza e sociedade a seus interesses.

Na construção de seu argumento, o autor define a evolução histórica do capitalismo entre os séculos XVIII e XX como um "moinho satânico", em que o mercado, para se expandir, transforma as relações sociais por inteiro. Neste artigo, buscarei desenvolver esse argumento polanyiano para refletir sobre a racionalidade neoliberal no atual momento histórico. Para isso, situo o debate sobre o neoliberalismo no pensamento político brasileiro, e estabeleço o diálogo entre diferentes interpretações do avanço neoliberal a partir dos anos 1980 e a conceituação de Polanyi. Em seguida, há um aprofundamento sobre a dimensão ideológico-cultural do neoliberalismo, pela discussão das abordagens de alguns de seus principais ideólogos -Hayek, Friedman e os ordoliberalis -realizada por três autores contemporâneos que analisam o neoliberalismo enquanto racionalidade: Christian Laval, Pierre Dardot e Wendy Brown. Por fim, corroboro a argumentação de Nancy Fraser sobre a importância do referencial teórico polanyiano para analisar o capitalismo contemporâneo, sendo a realidade brasileira exemplificação da importância de uma visão expandida do capitalismo na análise de sua crise.

Pretendo, ao apresentar essa reflexão teórica, discutir sua relação com a leitura histórica de Karl Polanyi acerca do liberalismo, com ênfase na construção da ideia do mercado enquanto "moinho satânico" que dissolve o tecido social para se impor enquanto lógica que organiza a totalidade da vida humana. Ao que parece, pelos subterrâneos dos Estados de bem-estar social e das sociedades industriais, um novo moinho se refez, e neste início de século XXI volta a dissolver as relações sociais como um todo na busca desenfreada pela expansão de um mercado que, apesar de produzir quantidade enorme de riqueza, tem como efeito uma nova catástrofe social, expressa pelo aumento da desigualdade, da violência e do individualismo.

### 1 II.

## 2 Neoliberalismo No Pensamento Político Brasileiro

Polanyi não é um autor recorrente nas análises políticas e sociológicas do neoliberalismo no Brasil. No entanto, é possível dizer que sua caracterização do liberalismo pode contribuir com tal discussão, e de como a lógica de uma economia propriamente de mercado passa a fundamentar a integração social. O autor ressalva que "todos os tipos de sociedades são limitados por fatores econômicos", mas no liberalismo isso assumiu um sentido distinto, pois a civilização passou a se basear no lucro, princípio do qual o mercado autorregulável derivou. Esse é um motivo "raramente reconhecido como válido na história das sociedades", e nunca antes elevado à condição de "justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana". Em um curto prazo, a humanidade foi submetida à integral influência de uma forma de progresso econômico que alcançou seu aperfeiçoamento "às custas da desarticulação social" (POLANYI, 2000, 47-53).

A partir desse referencial é possível discutir alguns elementos do pensamento político brasileiro sobre o neoliberalismo. Não será apresentada uma revisão da literatura, apenas alguns aspectos de uma vasta produção científica, que vai muito além dos autores aqui abordados. A proposta é situar o debate, ressaltando que o pensamento político brasileiro, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, traz elementos que articulam o neoliberalismo com um processo de desarticulação social decorrente da conformação de um mercado autorregulável. Como será exposto a seguir, Chico de Oliveira (1999) foi quem mais se aproximou de uma abordagem propriamente polanyiana dessa problemática. No entanto, diversos autores expõem como a reapropriação do Estado pelo mercado, e seu avanço sobre os processos de interação social, sob o princípio da expansão do lucro, são aspectos centrais do neoliberalismo. Nesse sentido, podemos dizer que, também por aqui, em uma nova forma de liberalismo, o "moinho satânico" se refez, um mecanismo que progressivamente destrói o tecido social e estabelece o primado do mercado sobre a sociedade.

As análises sobre o neoliberalismo no Brasil ganharam corpo, sobretudo, ao longo dos anos 1990, mas remontam ao período de crise do desenvolvimentismo e de sua superação por um novo programa econômico-social. Na década de 1980, acirra-se a disputa entre dois projetos distintos, cada um com seu diagnóstico da recessão, do desemprego e da crise fiscal. De um lado, situou-se o discurso neoliberal, "que pregava a austeridade financeira, o saneamento do déficit público, maior abertura para o capital estrangeiro, aumento das exportações, privatização das empresas públicas e redução acentuada do papel econômico do Estado". De outro, "o discurso desenvolvimentista, fruto da união entre parcelas da elite empresarial e economistas críticos", que propunham uma política de enfrentamento aos ditames do FMI pela defesa da "negociação soberana da dívida", com o reescalonamento da dívida interna, articulação "estreita" entre capital industrial e bancário, e intervenção estatal pelo planejamento, dentre outras medidas (CRUZ, 1997, pp. 59-60).

Naquela década, ocorreu "uma enorme transferência líquida de recursos para o exterior, principalmente em função do serviço da dívida externa". Frente a isso e à permanente instabilidade política, o governo federal passa a adotar, entre os anos de 1983 e 1987, diferentes "ensaios ortodoxos e heterodoxos de enfrentamento da crise econômica" (SALLUM JR, 1999, p. 26). Somou-se a isso a pressão internacional sobre os governos latino-americanos para que abandonassem suas políticas desenvolvimentistas e se realinhassem em torno de uma plataforma neoliberal, algo que interessava aos grandes bancos brasileiros. "A Fenaban e a Febraban vinham defendendo a privatização, a abertura comercial e outros pontos da plataforma neoliberal como solução para o país". À época, já se atribuía "todos os problemas econômicos -a começar pela elevação da taxa de inflação -ao déficit público" (BOITO JR, 1999, p. 117).

Dentre os diferentes fatores que conformavam uma situação político-econômica nova, destacam-se a pressão dos países centrais para abertura comercial, a transição econômica de renovação tecnológica, a mudança na governança corporativa e na relação capital-trabalho, a transnacionalização, e, internamente, a emergência de um movimento popular e sindical combativo, orientado por um projeto político antagônico, o democrático-participativo (SALLUM JR, 1999; CRUZ, 1997).

Tal disputa se expressou na campanha eleitoral de 1989, quando o país "ficou dividido entre o discurso 'liberal social' de Fernando Collor de Mello e o discurso popular e democrático de Lula e do Partido dos Trabalhadores" (PAULANI, 2010, p. 119). Deste embate, prevaleceram as propostas de que "as reformas liberalizantes recolocariam o país no eixo do crescimento". O programa abordava a necessidade de "desestatização da economia", de transparência nos gastos públicos e de "caça aos marajás", que propalava os supostos "privilégios" do funcionalismo público no Brasil (PAULANI, 2010, p. 119).

Por isso, Cruz (1997) sintetiza como fatores que contribuíram para o avanço neoliberal no país, a partir da segunda metade da década de 1980, a derrota do movimento pelas Diretas Já, o fracasso do Plano Cruzado e a pressão dos países do centro do capitalismo, sobretudo dos EUA, para abertura comercial (CRUZ, 1997). Boito Jr (1999) acrescenta a vitória de Collor em uma campanha polarizada, que unificou a burguesia em torno de uma candidatura com plataforma neoliberal (BOITO JR, 1999, p. 119).

Conforme apontam Cruz (2007) e Agnino et al (2006), a forma de implementação e o conteúdo do projeto neoliberal variam nos diferentes países, mas possuem como elementos comuns a privatização de setores estatais e abertura comercial, por exemplo. Por aqui, as estatais privatizadas passaram a ser controladas pelo capital financeiro internacional. Em outras nações, como na Índia, manteve-se uma forte presença da burguesia interna na

105 atividade econômica. Tal variação remonta às condições socioeconômicas e, sobretudo, políticas, que o programa  
106 neoliberal encontra e logra impor em cada país (CRUZ, 2007; ?? DAGNINO et al, 2006).

107 No entanto, os autores afirmam a existência de um projeto neoliberal propriamente dito, uma forma  
108 contemporânea de organização do capitalismo, que têm como centro a redefinição do papel do Estado na economia  
109 e na política social. Há maior participação do Estado no que se refere à condução da financeirização da economia  
110 -controle da taxa de juros, da oferta de moeda no mercado, conversão da dívida externa em interna e conseqüente  
111 política de emissão de títulos da dívida e de controle de seu preço pela taxa de juros e de câmbio, dentre  
112 outros mecanismos -, e retração no que se refere à regulamentação da relação capitaltrabalho e oferta de serviços  
113 públicos para efetivação de direitos sociais e econômicos (BOITO JR, 1999; A abordagem de Armando Boito  
114 Jr se ancora na concepção de Duménil e Levy (2014), que divergem da categoria "projeto" enquanto definidora  
115 do neoliberalismo, concebendo-o como uma "fase" do capitalismo, que expressa a recuperação "do poder e da  
116 renda das classes capitalistas", com a hegemonia financeira. O neoliberalismo é definido como uma ofensiva das  
117 burguesias sobre as classes trabalhadoras, tendo como força hegemônica as burguesias financeiras, que avançam  
118 também sobre os interesses de frações de classe das burguesias internas dos países de capitalismo dependente.  
119 Este elemento contrapõe, no caso brasileiro, o neoliberalismo à política dos anos de Ditadura Militar, na medida  
120 em que o financismo combateu a industrialização e as medidas protecionistas do mercado interno adotadas pelos  
121 militares, ainda que estas não buscassem a soberania nacional. Pelo contrário, seguiram diretamente atreladas  
122 a interesses do centro do capitalismo, e justamente por isso reafirmavam uma economia voltada ao mercado  
123 externo.

124 Tais esforços de definição e interpretação do neoliberalismo no Brasil enfocam, sobretudo, a agenda  
125 macroeconômica governamental. Isso prevaleceu nas definições do período subsequente. No início dos anos 1990,  
126 lembra Paulani (2010), a agenda neoliberal colocou como saída para o problema da dívida externa e do processo  
127 inflacionário a "securitização dessa dívida e a internacionalização do mercado brasileiro de títulos de dívida  
128 pública, além da liberalização do fluxo internacional de capitais" (PAULANI, 2010, p. 120). Os bancos centrais  
129 se converteram no mais importante "instrumento garantidor de preços, revertendo sua posição subordinada em  
130 relação aos Ministérios das Finanças e tornando-se uma instituição-chave na elaboração e implementação das  
131 políticas estatais" ??NOVELLI, 2001, p. 191). No Governo Itamar (PRN/PMDB -1992-94), o BC deu início à  
132 "desregulamentação do mercado financeiro brasileiro", ao abrir a possibilidade de "qualquer agente, fosse ou não  
133 residente, enviar livremente recursos ao exterior, bastando, para tanto, depositar moeda doméstica na conta de  
134 uma instituição financeira não residente" (PAULANI, 2010, p. 121).

135 Ao assumir a presidência, FHC acelera tal processo, a partir da concretização de um plano de "privatizações  
136 e de uma abertura substancial da economia". Assim, compõem seu programa neoliberal medidas como: câmbio  
137 flutuante, após uma valorização inicial da moeda que culminou na "crise cambial de janeiro de 1999, que em apenas  
138 quatro meses varreu do país cerca de US\$ 40 bilhões"; meta fiscal, com aprovação da Lei de Responsabilidade  
139 Fiscal, em que "os direitos dos credores são colocados acima de quaisquer outros direitos"; venda "ao capital  
140 internacional (financiando os compradores com dinheiro público)" de empresas de setores essenciais e estratégicos,  
141 tais como energia elétrica, telecomunicações e mineração; elevação da taxa de juros a níveis que chegaram a mais  
142 de 40% ao ano; e a isenção de imposto de renda à "distribuição de lucros de empresas a seus sócios brasileiros  
143 ou estrangeiros e à remessa de lucros ao exterior" (PAULANI, 2010, p. 120-2).

144 É interessante observar a exposição que o próprio FHC faz de seu programa em artigo publicado em 1998,  
145 "Notas sobre a reforma do Estado", em que o afirma como de "reconstrução do Estado". O expresidente defende  
146 que, "respeitadas as limitações do mercado", é preciso construir uma "ação pública" cada vez mais ampla e eficaz  
147 "do que a ação estatal" (CARDOSO, 1998, p. 7). Cabe ao governo promover reformas que deem "higidez fiscal  
148 ao Estado", por meio da "manutenção da estabilidade econômica, pelo equilíbrio orçamentário e pela criação de  
149 mecanismos que tornassem transparentes as contas", por processos como a renegociação da dívida, "flexibilização  
150 dos monopólios", privatizações e "concessão de serviços públicos à iniciativa privada" (CARDOSO, 1998, p. 9).  
151 Assim, ainda que não use tais palavras, há uma defesa da maior participação do Estado na financeirização da  
152 economia, e menor participação, em favor do mercado, na efetivação das políticas sociais. Também Bresser-Pereira  
153 (1998) define a política daquele momento como de "reconstrução do Estado", ressaltando que "a oferta de serviços  
154 sociais será entregue, também de forma competitiva, não a empresas privadas, mas a organizações públicas não  
155 estatais", de modo que o Estado se torna "financiador em vez de produtor dos Apesar dessa literatura não fazer  
156 referência direta a Polanyi, entendo que é possível recorrer a seu aporte teórico para caracterizar o período e, mais  
157 do que isso, analisar algumas das principais contribuições teóricas dos autores aqui abordados. Lembremos que,  
158 com os conflitos crescentes entre empresariado e governo no período Sarney, que se deram em torno do controle  
159 de preços pelo Plano Cruzado, e com o maior descontentamento das classes médias com o retorno da inflação, "a  
160 crítica neoliberal toma a ofensiva". A partir de meados de 1987, o governo Sarney passa a dar vazão aos interesses  
161 neoliberais e adota medidas para ampliar o processo de abertura econômica, conjugando a supressão de entraves  
162 burocráticos com flexibilidade à entrada de capital estrangeiro. Para isso, fundamentou-se em um discurso que  
163 retomou termos clássicos do liberalismo econômico, em reação ao descrédito das teses heterodoxas. Esse foi um  
164 momento em que se travou "uma batalha decisiva no plano ideológico" (CRUZ, 1997, p. 75).

165 A reorientação neoliberal da política econômica ao longo das últimas décadas do século XX foi acompanhada  
166 por uma desconstrução do referencial desenvolvimentista, que respondia aos desafios de consolidar um capitalismo  
167 nacional pela relação entre Estado e classes burguesas, com a localização dos conflitos distributivos no Estado,

## 2 NEOLIBERALISMO NO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

---

168 e sua solução por uma política econômica estatal resultante desses embates em seu interior. Com o avanço  
169 neoliberal, em contraposição, o discurso que se torna hegemônico passa a recorrer "incansavelmente à figura  
170 mitologizada do mercado autorregulado, denunciando a intervenção do Estado como a origem de todas as  
171 mazelas que acometiam a economia nacional", ainda que, na consecução do projeto neoliberal, fosse necessário um  
172 Estado ativo e estruturante (CRUZ, 1997, p. 93). No plano do discurso, parcelas significativas do empresariado  
173 combatiam "o intervencionismo estatal", clamavam "por desregulamentação, por uma melhor acolhida ao capital  
174 estrangeiro, por privatizações" (SALLUM JR, 1999, p. 26).

175 Nesse processo, o papel do Estado vem para o primeiro plano do embate ideológico, e não se trata aqui de  
176 "menos" Estado, mas de qual deve ser sua orientação, como fica explícito nas posições de Cardoso (1998) e Bresser-  
177 Pereira (1998). Entendo que a reorientação por que passou o Estado brasileiro nos planos econômico, social e  
178 ideológico, analisada pelos autores aqui apresentados, remete à interpretação polanyiana do liberalismo. Houve,  
179 nas versões clássica e nova de liberalismo, uma mudança de princípio motivador da ação humana: "a motivação  
180 do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações  
181 monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da  
182 vida industrial". A orientação estatal como forma de integração social deve, nesse contexto, garantir as condições  
183 para que todas as rendas derivem da venda de uma mercadoria, seja ela a própria força de trabalho, a terra  
184 (natureza) ou o dinheiro. Assim, "qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista  
185 como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo 'sistema de mercado'", que sintetiza o novo  
186 padrão institucional e, uma vez estabelecido, deve funcionar sem qualquer interferência externa. "Os lucros não  
187 são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se  
188 autorregular. É justamente esse sistema autorregulável de mercados o que queremos dizer com economia de  
189 mercado" (POLANYI, 2000, p. 60).

190 Assim como na versão clássica do século XIX, o neoliberalismo do final do século XX no Brasil coloca o primado  
191 do mercado como eixo reorganizador não apenas da economia, mas das relações sociais como um todo, com a  
192 transferência de sua lógica própria para a redefinição do papel do Estado e da sociedade civil (SILVA, 2016). Por  
193 esse caminhar analítico, a ciência política brasileira aproximou-se do debate atual do neoliberalismo enquanto  
194 nova razão do mundo. Duas interpretações desse processo histórico, elaboradas na virada dos anos 1990 para os  
195 anos 2000, apontam para esse sentido: o conceito de "confluência perversa" de Evelina Dagnino e as formulações  
196 de Chico de Oliveira acerca do neoliberalismo, sendo este um autor pioneiro em utilizar a tese contida em "A  
197 Grande Transformação" para definir a existência de um "totalitarismo neoliberal".

198 Nos escritos de Dagnino, a dimensão mais propriamente ideológico-cultural vem para o primeiro plano na  
199 análise do neoliberalismo. A partir dos anos 1990, as ideias de eficiência e modernização passam a legitimar o  
200 mercado como organizador da vida social e política como um todo, transformando o Estado, no que se refere à  
201 política social, em provedor de serviços sob gestão privada, e o cidadão em cliente. No entanto, ressalta a autora,  
202 "o projeto neoliberal encontra no Brasil um contendor relativamente consolidado, embora evidentemente não  
203 hegemônico, capaz de constituir um campo de disputa", o projeto "democráticoparticipativo" dos movimentos  
204 populares, que nos anos 1980 passaram por um processo de ascensão. Tal contexto impôs "direções específicas  
205 às estratégias e formas de atuação das forças vinculadas ao projeto neoliberal" (DAGNINO, 2004, p. 99).  
206 A caracterização da reforma de Estado como construção de um "Estado social-liberal" é exemplo disso, pois  
207 compõe o esforço de interlocução do neoliberalismo com o discurso participativo e democratizante das forças  
208 democráticopopulares.

209 Volume XXI Issue II Version I 16 ( ) Noções como participação, cidadania e sociedade civil, que compuseram  
210 o projeto político democratizante do Estado, passam a ser apropriadas e redefinidas pelo projeto neoliberal,  
211 que se vale de um referencial comum para implementar políticas antagônicas às que os termos anteriormente se  
212 referiam. Tal processo histórico é próprio de uma "confluência perversa" entre dois projetos distintos: houve  
213 uma resignificação de referências comuns, deslocadas de seu sentido originário, "de modo a garantir seu papel de  
214 orientar práticas adequadas à implementação dos objetivos do projeto neoliberal". Para se legitimar socialmente, o  
215 neoliberalismo mobiliza "mesmas palavras e referências, mas seu significado já é outro, ainda que essas diferenças  
216 não se explicitem com clareza, o que precisamente torna perversa a confluência". Trata-se da operacionalização  
217 de deslocamentos de sentido que obscurecem o conflito presente entre projetos distintos de sociedade. A despeito  
218 de apontarem para direções antagônicas, há um referencial comum na análise e definição das práticas sociais e  
219 políticas (DAGNINO et al, 2006, p. 55).

220 Assim, pode-se afirmar que houve uma disputa em relação aos significados da democratização brasileira,  
221 e como resultado dessa disputa, sua adequação, pelo projeto neoliberal, a um modelo de Estado que "se isenta  
222 progressivamente de seu papel de garantidor de direitos". No que se refere à cidadania, as "redefinições neoliberais"  
223 reduzem sua dimensão coletiva a "um entendimento estritamente individualista". Ao mesmo tempo, opera-se uma  
224 "conexão entre cidadania e mercado", de modo que "tornar-se cidadão passa a significar a integração individual  
225 ao mercado, como consumidor e como produtor". Promove-se um deslocamento da noção de cidadania à gestão  
226 da pobreza, com um "apelo à solidariedade" que a restringe "à responsabilidade moral da sociedade, bloqueando  
227 a sua dimensão política e desmontando as referências à responsabilidade pública e ao bem público" (DAGNINO,  
228 2004, pp. 106-7). Desse modo, o eixo central da redefinição "é a diluição precisamente daquilo que constitui o  
229 núcleo da concepção de cidadania, a ideia de direitos universais" (DAGNINO et al, 2006, p. 56).

230 De modo concomitante, houve um progressivo deslocamento da noção de "sociedade civil". De um lado,

231 promoveu-se a valorização do "Terceiro Setor" e da filantropia. De outro, a criminalização de movimentos sociais  
232 que mantêm como estratégias a realização de protestos e ocupações de propriedades que não cumprem sua função  
233 social. Nesse processo, a noção ampla de sociedade civil a que o projeto democráticoparticipativo remetia teve seu  
234 sentido deslocado em direção de uma concepção restrita a um conjunto específico de organizações mais próximas  
235 do mercado.

236 A noção de participação acompanha essa mesma direção, ao ser reduzida ao "trabalho voluntário" e à  
237 responsabilidade social de indivíduos e empresas. "O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva  
238 privatista e individualista" de participação, de forma a "substituir e redefinir o significado coletivo" a que o termo  
239 remetia. Promove-se, com isso, uma "despolitização da participação" e uma dupla restrição do participar: é ação  
240 restrita às organizações consideradas "legítimas" a que o novo significado de sociedade civil remete, e também à  
241 execução de políticas públicas, excluindo-se o poder decisório. "O significado político crucial da participação é  
242 radicalmente redefinido e reduzido à gestão". A ênfase gerencialista e empreendedorista transita entre as áreas  
243 da administração privada e estatal, de modo que o deslocamento de sentido de participação a afasta daquilo que  
244 é central no projeto democráticoparticipativo, a efetiva partilha de poder (DAGNINO, 2004, pp. 100-3).

245 É desse modo que o projeto neoliberal opera "com uma concepção minimalista tanto da política como da  
246 democracia", pela redução do espaço político, de seus participantes e sua incidência (DAGNINO, 2004, pp. 106-  
247 8). Trata-se de uma visão "que reage contra a ampliação da política" contida nas demandas dos movimentos  
248 populares, traduzindo-se em seu inverso: "a redução dos terrenos, sujeitos, temas e processos considerados como  
249 constituidores da política", circunscritos aos limites da representação. "Em contraposição a uma concepção que  
250 reconhece a centralidade do conflito e da democracia como a melhor forma para tratá-lo, essa visão minimalista  
251 se esforça na sua invisibilidade e no seu confinamento, quando não no seu tratamento tecnocrático e gerencial"  
252 (DAGNINO et al, 2006, pp. 58-60).

253 Apesar de a autora não recorrer a Polanyi, é possível estabelecer relações entre ambos. Os "deslocamentos de  
254 sentido" são expressões de como o sistema econômico, uma vez controlado pelo mercado, tende a expandir seus  
255 princípios como orientadores da organização política e social como um todo. "Em última instância, é por isto que  
256 o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade:  
257 significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado". Ao invés de a economia estar  
258 orientada pelas relações sociais, é a sociedade que, progressivamente, é "embutida" no sistema econômico. O  
259 fator econômico ganha, aqui, importância vital para a existência da sociedade, e o sistema econômico passa a ser  
260 organizado em instituições separadas, com um "status especial", a partir do qual organiza as relações políticas e  
261 sociais. "A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as  
262 suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de Volume XXI Issue II Version  
263 I 17 ( ) mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado" (POLANYI, 2000, p. 77). Os "deslocamentos  
264 de sentido" são, assim, algumas das expressões de como o mercado, sob o neoliberalismo, modela a sociedade e  
265 o Estado de acordo com seus próprios interesses e suas leis.

266 Nos escritos de Chico de Oliveira essa fundamentação ganha centralidade, em sua teorização sobre o "modo de  
267 produção social-democrata". Oliveira foi "autor pioneiro" na utilização da tese de Polanyi "a fim de interpretar  
268 a encruzilhada nacional: socialdemocracia ou neoliberalismo?" (QUERIDO & BRAGA, 2018, p. 14). O  
269 autor recorre à formulação polanyiana de que, frente ao avanço do mercado sobre todas as esferas da vida,  
270 inevitavelmente, a sociedade tomaria medidas para se proteger, sendo o surgimento do "antivalor" uma de suas  
271 expressões. No entanto, repõe-se um dilema na relação sociedade-mercado: quaisquer sejam essas medidas, "elas  
272 prejudicariam a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade  
273 mais de uma maneira". Isso se desdobrou no "desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e,  
274 finalmente, rompeu a social que nela se baseava" (POLANYI, 2000, p. 18).

275 A tese neoliberal, no entender de Oliveira (1988), é a de que os controles institucionais próprios do Estado de  
276 bem-estar social chegaram a um limite que ameaça a própria acumulação de capital, inviabilizando o crescimento.  
277 Entendem os liberais que o "limite do capital e? o próprio capital". No entanto, afirma Oliveira recuperando  
278 a formulação propriamente polanyiana, "essa voracidade" do capital não pode ser entregue a si mesma, "sem  
279 controles públicos, sob pena de transformar-se numa tormenta selvagem na qual sucumbiriam juntos a democracia  
280 e o sentido de igualdade nela inscrito desde os tempos modernos. Não deve escapar a? observação que, em países  
281 como os EUA, o tamanho crescente da pobreza ja? e? um risco real nesse sentido" (OLIVEIRA, 1988, p. 27).

282 Com o avanço neoliberal no Brasil e episódios como a forte repressão do governo FHC sobre a greve dos  
283 Petroleiros em 1995, o "receio polanyiano manifestado no final dos anos 1980 parecia se concretizar". Ao  
284 se ancorar na chantagem e no medo, a destituição dos direitos é "imposta como necessária à adequação à  
285 racionalidade instrumental da globalização", na passagem de uma "hegemonia burguesa 'incompleta' para um  
286 verdadeiro 'totalitarismo neoliberal', em que a fala do oponente é deslegitimada antes mesmo do conflito emergir"  
287 (QUERIDO & BRAGA, 2018, p. 17).

288 Na conceituação de um "totalitarismo neoliberal", Oliveira (1999) novamente recorre à teoria social de  
289 Polanyi, ao estabelecer a correlação entre o avanço da autorregulação do mercado e os processos de subjetivação  
290 na contemporaneidade. Isso está presente na ideologia neoliberal de "volta ao indivíduo", que é reduzido à  
291 "prevalência exclusiva do mercado como a única instituição reguladora, autorreguladora tanto da alocação dos  
292 recursos econômicos como das relações sociais e da sociabilidade em sentido geral". Também está presente na  
293 redução ao privado, expressa por uma "intensa subjetivação" da acumulação, concentração e centralização do

294 capital. Seu paradigma é a "globalização, que expressa a privatização do público, ou, ideologicamente, uma  
295 experiência subjetiva de desnecessidade, aparente, do público" (OLIVEIRA, 1999, pp. 55-7).

296 Dessa forma, seja por mecanismos como a exclusão da fala do oponente acima descritos, seja por um quadro  
297 de violência que "é produzida pelos próprios aparelhos de Estado", o avanço neoliberal promove "a privatização  
298 do público, e, no seu rastro", a anulação da política. É justamente nessas condições que o neoliberalismo passa  
299 "por uma estranha metamorfose: sua face real é a do totalitarismo" (OLIVEIRA, 1999, p. 81). Pode-se dizer,  
300 com base nisso, que o "moinho satânico" é refeito, em uma forma nova de liberalismo, que tritura por completo  
301 a sociedade pela anulação do dissenso, dissimulação do conflito e confinamento da política ao interesse exclusivo  
302 do mercado.

### 3 III.

## 4 A Razão Neoliberal

305 O fim da perspectiva reformista de matriz social-democrata que acompanhará a obra de Chico de Oliveira nos anos  
306 2000, em que o "totalitarismo neoliberal" avança e se apropria de todas as formas de "antivalor", caracteriza  
307 também o olhar de parte da literatura internacional sobre o tema, principalmente pós-crise de 2008. Aqui,  
308 pretendo expor uma discussão que coloca em evidência justamente a dimensão subjetiva desse processo. No  
309 neoliberalismo, uma nova razão organiza a ação humana e, assim como no liberalismo clássico, está fundada  
310 na ficção da mercadoria, que "oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um  
311 todo, afetando praticamente todas as suas instituições, nas formas mais variadas". O significado disso é a  
312 impossibilidade de "qualquer entendimento ou comportamento que venha a impedir o funcionamento real do  
313 mecanismo de mercado" (POLANYI, 2000, p. 94).

314 Essa visão do liberalismo enquanto concepção de mundo, conjunto de crenças e interesses, como racionalidade  
315 social que orienta os sujeitos de diferentes classes, perfaz o esforço reflexivo de Wendy Brown (2019) e Dardot e  
316 Laval (2016). Suas obras se apoiam no pensamento de Hayek, Friedman e dos ordoliberais para refletir sobre a  
317 "nova razão do mundo" que expressa as relações de hegemonia conformadas nas últimas décadas.

318 Nas referidas obras, há uma mesma problemática acerca da dimensão ideológico-cultural Volume XXI Issue  
319 II Version I 18 ( ) do neoliberalismo, em abordagens que partem dos principais ideólogos neoliberais. Porém,  
320 enquanto Brown (2019) busca decifrar a razão que articula a moralidade tradicional ao neoliberalismo nas novas  
321 formas autoritárias de exercício de poder, Dardot e Laval (2016) dirigem o olhar para a lógica concorrencial que  
322 passa a mediar as relações sociais como um todo, não mais restrita ao mercado.

323 A análise das relações entre neoliberalismo e pensamento moral autoritário-conservador é especialmente  
324 importante, pois revela uma reorientação de percurso do projeto neoliberal. Na acepção de Nancy Fraser,  
325 o "neoliberalismo progressista" resultou de uma articulação entre a agenda financeira e a dos movimentos  
326 identitários em luta por reconhecimento. Justamente por isso, à redução de direitos na esfera do trabalho se  
327 combinou um avanço nos direitos mais relacionados à luta feminista e por igualdade racial, por exemplo. No  
328 atual contexto de rompimento com tal forma de neoliberalismo, em uma versão mais autoritária da dominação  
329 financeira, vêm para o primeiro plano as concepções originais da ideologia neoliberal, com ênfase em Hayek  
330 e Friedman. "Para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e do  
331 desenvolvimento da civilização". Desse modo, há um ataque combinado à sociedade e à justiça social "em  
332 nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral" (BROWN, 2019, p. 23).

333 Em Hayek, as noções de sociedade e justiça social dão base para o totalitarismo, pois obstruem as tradições  
334 e as liberdades, conceitos que, por sua vez, levam ao progresso. As ideias de justiça social e Estado social, que  
335 alicerçaram o Estado de Bem-Estar dos Trente Glorieuses, seriam, no pensamento hayekiano, fundamentos de uma  
336 intervenção estatal ilimitada nos mercados e nos códigos morais, com "uma tendência peculiar de autoaceleração"  
337 (HAYEK, 1973).

338 Fala-se não apenas de "justiça social", mas também de "democracia social", "economia social de mercado"  
339 e "Estado de direito social" (ou soberania social da lei -em alemão sozialer Rechtsstaat); e, embora justiça,  
340 democracia, economia de mercado e Estado de direito sejam expressões de sentido absolutamente claro, a adição  
341 do adjetivo "social" as torna suscetíveis de designar quase qualquer coisa que se queira (HAYEK, 1973, p. 90).

342 Quanto mais se vê que a posição de indivíduos ou grupos torna-se dependente de ações do governo, mais  
343 eles insistirão em que os governos visem algum esquema reconhecível de justiça redistributiva; e quanto mais os  
344 governos tentam realizar algum padrão preconcebido de distribuição desejável, mais eles devem sujeitar a posição  
345 dos diferentes indivíduos e grupos ao seu controle. Enquanto a crença na "justiça social" governar a ação política,  
346 esse processo deverá se aproximar mais e mais de um sistema autoritário (HAYEK, 1973, p. 68).

347 Os postulados neoliberais assim formulados visam legitimar um "certo tipo de intervenção governamental", em  
348 favor do mercado. Deve-se manter um cuidado permanente, pois a intervenção política é cumulativa, de modo  
349 que qualquer forma de intervenção tem de preservar as ordens espontâneas de mercado. A não preservação se  
350 expressa pela intervenção política no domínio da espontaneidade que, "uma vez iniciada, leva necessariamente  
351 à coletivização total da economia e ao regime policial totalitário, já que é preciso adaptar os comportamentos  
352 individuais aos mandamentos absolutos do programa de gestão autoritária da economia" (DARDOT & LAVAL,  
353 2016, p. 77).

354 Conforme nos explica Brown (2019), tal concepção hayekiana de justiça social teve desdobramentos no

355 "neoliberalismo realmente existente". Epistemologicamente, houve até mesmo a negação da existência da  
356 sociedade. Politicamente, expressa-se pelo programa de privatização e desmonte do Estado social. Legalmente,  
357 promoveu a liberdade de grupos e indivíduos na contestação do conceito de igualdade como fundamento jurídico,  
358 das proteções sociais, ambientais e laborais. No plano da ética e da cultura, há um questionamento da justiça  
359 social pela valoração da autoridade natural dos valores tradicionais, com vistas a "desmassificar" indivíduos e  
360 famílias, reconhecendo-os enquanto tal.

361 A esse pensamento que advém de Hayek se soma o ordoliberalismo alemão. "A desmassificação ordoliberal  
362 visava combater a proletarização por meio da empreendedorização (logo, da reindividualização) dos trabalhadores,  
363 por um lado, e da realocação dos trabalhadores em práticas de autoprovisão familiar, por outro" (BROWN,  
364 2019, p. 49). Com isso, a autora aponta três decorrências sociais dessa forma de neoliberalismo: i) a  
365 "empreendedorização", alicerçada na noção foucaultiana de "multidão de empresas" e na concepção de "portifólio  
366 de autoinvestimentos" como forma de inserção social do indivíduo; ii) a economia de "compartilhamento" e a  
367 terceirização, com o chamado processo de "uberização"; iii) e a delegação, às famílias, das tarefas de prover os  
368 dependentes.

369 Assim como Evelina Dagnino, a autora estadunidense afirma que tais decorrências resultam de uma limitação  
370 da política, apartando-a "da sua soberania, eliminando sua forma democrática e definindo suas energias  
371 democráticas (...). O neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político" (BROWN,  
372 2019, p. 70). Isso garante não apenas um afrouxamento do controle político sobre o mercado e seus atores,  
373 mas também a substituição da regulação e das políticas redistributivas por liberdade financeira e direitos de  
374 propriedade isentos de taxaço. Há uma inversão do processo histórico anterior que visava expandir a noção de  
375 política para fundamentar a extensão de direitos.

376 Volume XXI Issue II Version I 19 ( ) A autora aponta, no entanto, diferenças entre os intelectuais neoliberais  
377 em relação ao político. Milton Friedman e Friedrich Hayek o concebem enquanto domínio perigosamente  
378 autoexpansivo. Já os ordoliberais adotam uma posição mais próxima de Carl Schmitt, com a defesa de um  
379 Estado forte e necessário para a ordem e a estabilidade econômicas, sendo a tecnocracia e o distanciamento  
380 do processo decisório em relação às políticas econômicas as formas de "proteger" (ou isolar) a economia das  
381 demandas democráticas. Ainda assim, "todos consideram as liberdades individuais e o mercado, juntamente  
382 com a moralidade tradicional, como elementos ameaçados pelos interesses e poderes coercitivos, ingovernáveis e  
383 arbitrários abrigados pelo político" (BROWN, 2019, p. 75).

384 Assim como já referido na exposição do pensamento político brasileiro acerca do neoliberalismo, Brown (2019)  
385 enfatiza que os ideólogos do neoliberalismo não buscavam um Estado fraco a que a expressão "Estado mínimo"  
386 alude, mas sim limitar seu escopo de atuação e direcionar a institucionalidade para os interesses próprios  
387 do mercado, isolando-o das pressões democráticas e pluralistas. Um de seus intelectuais fundadores, Milton  
388 Friedman, em "Capitalism and Freedom", ressalta a codependência entre as liberdades econômicas e políticas,  
389 a "conexão íntima entre economia e política". Porém, o exercício do poder político é ameaçador às liberdades  
390 nessas duas esferas. "A ameaça fundamental à liberdade é o poder de coagir, seja nas mãos de um monarca,  
391 de um ditador, de uma oligarquia ou de uma maioria momentânea" (FRIEDMAN, 2002, p 15). Aqui, há uma  
392 legitimação do autoritarismo político com o intuito de forjar mercados liberalizados, tal como a experiência  
393 histórica da ditadura de Pinochet no Chile.

394 Em Hayek, a defesa autoritária se opera de outra forma, pelo combate às noções de "soberania popular" e  
395 "sociedade". Nas palavras de Brown (2019), o pensador austríaco entende que "a soberania popular ameaça a  
396 liberdade individual, licencia o governo ilimitado e confere supremacia justamente ao domínio que precisa ser  
397 controlado, o político". Por sua natureza ilimitada, a soberania é "categoricamente incompatível com um governo  
398 limitado e com o 'destronamento da política', ambos necessários para uma ordem econômica e moral florescente".  
399 Assim Hayek se diferencia de Friedman, pois não reduz democracia ao liberalismo, mas os distingue afirmando  
400 que "o único princípio compartilhado por eles é o da igualdade perante a lei (...). O liberalismo é uma doutrina  
401 sobre o que a lei deveria ser, a democracia uma doutrina sobre a maneira de determinar o que será a lei". A  
402 democracia é um "método de governo -a saber, o governo da maioria", enquanto o liberalismo "diz respeito ao  
403 escopo e propósito do governo" (BROWN, 2019, p. 87). São, portanto, fortes as tensões entre ambos, na medida  
404 em que a democracia limita o poder político somente pela opinião pública e o liberalismo busca impor limites a  
405 todas as formas coercitivas de governo.

406 Acima de tudo, argumenta Hayek, a democracia e o liberalismo têm opostos radicalmente diferentes. O oposto  
407 da democracia é o autoritarismo, poder político concentrado, mas não necessariamente ilimitado. O oposto do  
408 liberalismo é o totalitarismo, controle total de todos os aspectos da vida. Isso faz com que o autoritarismo seja  
409 compatível com uma sociedade liberal -com a liberdade, a moral tradicional, uma esfera privada protegida. E o  
410 totalitarismo pode ser engendrado e administrado por maiorias democráticas (BROWN, 2019, p. 88).

411 O desdobramento disso na análise política liberal se opera pela noção de "excessos de democracia". Afirmando  
412 os neoliberais que, no Estado de Bem-Estar, há uma substituição das funções familiares; e na concepção de  
413 justiça social, há uma repressão à lei moral que lhe seria superior em termos de garantias de liberdades. Em  
414 Hayek, enfatiza a autora, o "respeito à propriedade privada, normas de gênero e outras crenças tradicionais" é o  
415 verdadeiro fundamento de "uma sociedade livre, moral e ordenada" (BROWN, 2019, p. 90).

416 Também os ordoliberais alemães merecem atenção especial tanto de Dardot e Laval (2016) quanto de Brown  
417 (2019). Neste caso, a ideologia se caracteriza pela defesa de um Estado forte e tecnocrático, em uma forma

igualmente autoritária de liberalismo. "Os ordoliberais são mais diretos em dissociar a democracia de um Estado limitado por um dispositivo que eles chamam de 'constituição econômica'" (BROWN, 2019, p. 79). A democracia aqui é restrita ao voto e a liberdades pessoais, e ainda assim às esferas representativas não recaem as atribuições de definição da política macroeconômica.

No ordoliberalismo, como aponta Foucault no Nascimento da Biopolítica, a originalidade em relação às demais correntes neoliberais está em operar um "duplo circuito" entre Estado e economia. "A economia produz legitimidade para o Estado que é fiador dela" (FOUCAULT, 2010, p. 86). Isso significa que se o Estado fornece "o quadro de um espaço de liberdade dentro do qual os indivíduos podem buscar seus interesses particulares, o livre jogo econômico criará e legitimará em outro sentido as regras de direito público do Estado" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 107).

Assim, o problema colocado aos ordoliberais não é "abrir espaço para a liberdade econômica dentro de um Estado existente que já tem legitimidade própria, mas, sim, o de fazer um Estado existir a partir do espaço preexistente da liberdade econômica". Tal liberdade tem como princípio fundamental a concorrência, que garante "os planos espontâneos dos indivíduos". É justamente essa "promoção do princípio Volume XXI Issue II Version I 20 ( ) da concorrência" que acaba por introduzir "um deslocamento importante com relação ao liberalismo clássico, na medida em que o mercado não é mais definido pela troca, mas pela concorrência. Se a troca funciona pela equivalência, a concorrência implica desigualdade" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 111).

Ao compartilhar da desconfiança de Friedman e Hayek em relação ao político, ainda que não rejeitem a soberania estatal, os ordoliberais buscam "desdemocratizar o Estado e substituí-lo por outro, suportado pela expertise técnica, dirigido por autoridades competentes e devotado aos princípios de uma economia competitiva e liberalizada" (BROWN, 2019, p. 93). Nesse sentido, a proposta de uma "constituição econômica" garante a autonomia do mercado em relação ao restante da sociedade. Aqui, o Estado é dedicado à expansão do mercado que, em contraposição, deve ser autônomo em relação ao poder político.

Os Estados ordoliberais não podem aceitar a participação cidadã ou o compartilhamento do poder democrático; ao contrário, eles são moldados por 'uma expressão clara e inatacável da vontade política' fundada na expertise técnica. Dirigir o capitalismo requer uma administração não política e não democrática por autoridades habilmente informadas e que intervêm 'não no mercado, mas para o mercado (...) nas condições do mercado' (BROWN, 2019, p. 98).

Desse modo, os fundadores da racionalidade neoliberal teorizam acerca de como se conforma um intervencionismo propriamente liberal. Não se trata da retomada da crítica do velho *laissez-faire* ou da ideia corrente de "Estado mínimo" para caracterizar a relação entre economia e política, mas da necessidade de construir um "código de trânsito" que seja "firme e rigoroso", estabelecendo, na acepção polanyiana, uma complementariedade entre Estado e economia de mercado em oposição à sociedade. Assim, "longe de condenar por princípio a intervenção do Estado como tal", Hayek teve a "originalidade de substituir a alternativa da 'intervenção ou não intervenção' pela questão sobre qual deve ser a natureza de suas intervenções. Mais precisamente ainda, a questão é diferenciar as intervenções legítimas das ilegítimas" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 158).

A "racionalidade neoliberal" tem, então, como elemento constitutivo primordial uma "cultura política profundamente antidemocrática" (BROWN, 2019). A democracia é rebaixada e diminuída, de modo que o exercício do poder político é progressivamente "privado da modulação provida por meio da deliberação esclarecida, do pacto, da prestação de contas e da legitimação pela vontade do povo". O Estado permanece como forma e organização institucional do exercício do poder, porém em nome das liberdades e da moral tradicional deve ser "desdemocratizado". Uma vez despojado de soberania popular, o Estado tem sua autoridade fortalecida, o que, na visão neoliberal, levaria a uma pacificação dos potenciais conflitos sociais. Pela tecnocracia, rebaixa-se "ainda mais o valor ou mesmo a possibilidade de participação democrática", com o objetivo de garantir um "anteparo contra os esforços inevitáveis de atores poderosos do mercado para distorcer a concorrência" (BROWN, 2019).

Nesse sentido, a argumentação de Brown (2019), conforme já sugerido, aproxima-se de um dos núcleos da teoria de Polanyi. Lembremos que uma economia de mercado é conformada por um sistema autorregulável de mercados, ou seja, "é uma economia dirigida pelos preços do mercado", em um sistema "capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa". Isso é uma novidade histórica, de acordo com Polanyi (2000), advinda da Revolução Industrial, e que encontrou no liberalismo do século XIX seu ápice. Até então, o papel desempenhado pelos mercados na economia interna "foi insignificante", e nem mesmo o mercantilismo permitiu prever "um desenvolvimento tão singular". O comércio "livre" da época mercantil o era apenas em relação ao particularismo do período anterior, mas pelo Estado nacional houve uma ampliação do "escopo da regulamentação. O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social" (POLANYI, 2000, p. 62).

É contra tal autoridade que o liberalismo se volta na busca pela generalização dos mecanismos de mercado como reguladores das relações políticosociais. Nesse processo, o controle do Estado pelo mercado e a direção precisa do "intervencionismo" a favor da promoção do lucro assumem centralidade no projeto político liberal. Em Brown (2019), há uma articulação dessa evolução histórica com a valoração neoliberal de uma cultura política antidemocrática, pois a completa redução do público ao privado impede qualquer forma de sobreposição do sistema social ao sistema econômico de mercado. No meu entender, a análise político social do neoliberalismo tem significativas perdas se colocarmos em evidência as falhas de previsão de Polanyi, pois isso pode obscurecer

481 as possibilidades de interpretação do presente a partir de sua conceituação de liberalismo. A "racionalidade  
482 neoliberal", conforme descrito acima, pode ser interpretada pela noção de "moinho satânico", seja em sua  
483 conceituação como cultura antidemocrática que se fundamenta no mercado (Brown, 2019), seja na ideia de  
484 generalização da concorrência que perfaz o centro da argumentação de Dardot e Laval (2016). Buscarei demonstrar  
485 isso a partir de agora. Polanyi (2000) concebe o mercado, não o Estado ou a sociedade, como força transformadora  
486 que move a história, atuando em seus subterrâneos. O mercado é definido por ele a partir de sua historicidade e  
487 não como uma relação social natural, pois o ser humano não nasce dotado de propriedade privada. No entanto,  
488 sua análise enfatiza o mercado como sistema de trocas que necessariamente tem de ser imposto pelo Estado, e  
489 nessa imposição se contrapõe à sociedade.

490 Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando  
491 apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão -a indústria mais importante  
492 do livre comércio -foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios  
493 indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo Estado. As décadas de 1930 e 1940 presenciaram não  
494 apenas uma explosão legislativa que repelia as regulamentações restritivas, mas também um aumento enorme  
495 das funções administrativas do Estado, dotado agora de uma burocracia central capaz de executar as tarefas  
496 estabelecidas pelos adeptos do liberalismo. Para o utilitarista típico, o liberalismo econômico era um projeto  
497 social que deveria ser posto em prática para grande felicidade do maior número de pessoas; o *laissez-faire* não era  
498 o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida. (POLANYI, 2000, p. 170).

499 Por isso, a dualidade decisiva para compreender o processo histórico, e mais recentemente o neoliberalismo, não  
500 é Estado-mercado, mas sociedade-mercado. Para Polanyi (2000), é decisivo pensar nas consequências da expansão  
501 do mercado para a força de trabalho, pois na sociedade capitalista quase todo trabalho é exercido na forma de  
502 venda da força de trabalho, algo estabelecido e regulado pelo Estado, e fundamento básico do *laissez-faire*. É  
503 justamente essa relação que permeia o cotidiano vivido pelas pessoas. Como dito anteriormente, não nascemos  
504 dotados de propriedade privada, mas de força de trabalho, e a consequência disso é estar inteiramente dependente  
505 desse fator para sobreviver.

506 Na Inglaterra, coração da Revolução Industrial, afirma Polanyi (2000), "ocorreu um progresso miraculoso nos  
507 instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas  
508 comuns". Esse é o processo sobre o qual ele procura refletir sob o termo "moinho satânico": quais fatores  
509 determinam as formas dessa desarticulação, que "moinho satânico" foi esse que triturou os seres humanos?  
510 "Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova  
511 integração homem-natureza"? (POLANYI, 2000, p. 51) O capitalismo, ressalta o autor, tende a produzir, por  
512 meio de suas sucessivas crises, um vasto exército industrial de reserva, grande contingente de pessoas que ficam à  
513 margem das relações de mercado e não encontram mais lugar em uma sociedade dominada pelo mercado. Mesmo  
514 em meio a uma acelerada produção de riquezas, promove-se a exclusão social de um número crescente de pessoas.  
515 Por isso a dualidade fundamental é entre sociedade e mercado que, pela relação estabelecida com o Estado  
516 e a orientação precisa de sua intervenção, tende a dissolver as relações sociais em todos os seus âmbitos, não  
517 meramente econômicos. Com sua tendência de expansão permanente, o mercado no modo de produção capitalista  
518 tende a invadir todos os domínios da existência humana, e para tanto disputa o Estado com a sociedade, em uma  
519 dinâmica que varia da imposição de limites ao mercado ao alcance do *laissez-faire* como princípio.

520 Ao tratar da política de cercamento de terras na transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra,  
521 Polanyi afirma que "os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes  
522 tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação". Com o pobre desprovido de sua parcela de terras comuns, "o tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas  
524 e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução" (POLANYI, 2000, p. 53). Outro  
525 exemplo se deu pela "devastação sem precedentes nas moradias do povo comum". Nesse processo, os trabalhadores  
526 progressivamente passaram a se "amontoar" em "novos locais de desolação; a gente do campo se desumanizava em  
527 habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente  
528 sob montes de escória e refugos vomitados pelos 'moinhos satânicos'" (POLANYI, 2000, p. 58).

529 Os "moinhos satânicos" são, portanto, metáfora de "uma avalanche de desarticulação social", por mecanismos  
530 institucionais que provocaram a "devastação" da sociedade por um "novo credo", que "era totalmente mate-  
531 rialista", e apregoava que todos os problemas humanos seriam resolvidos com a produção de uma quantidade  
532 ilimitada de bens materiais.

533 Um princípio bastante desfavorável à felicidade individual e geral trabalhava na destruição de seu ambiente  
534 social, sua vizinhança, sua posição na comunidade, sua profissão, numa palavra, de todas aquelas relações com a  
535 natureza e o homem na qual estava embutida a sua existência econômica anterior. A Revolução Industrial estava  
536 causando uma desarticulação social de estupendas proporções, e o problema da pobreza era apenas o aspecto  
537 econômico desse acontecimento. Owen afirmou, com muita justiça, que a menos que a interferência e a direção  
538 legislativas contrabalançassem essas forças devastadoras, ocorreriam grandes e permanentes males (POLANYI,  
539 2000, p. 157) Na noção de "moinho satânico", desse modo, há uma combinação da expansão do mercado com sua  
540 organização pelo Estado, com consequências de desarticulação social e apoio em uma nova ideologia. São essas,  
541 justamente, as dimensões presentes no debate teórico contemporâneo sobre a racionalidade neoliberal. Ainda  
542 que os efeitos imediatos variem, na medida em que se trata de épocas históricas diferentes, os fundamentos pelos

543 quais se operam são os mesmos. Por isso, é possível afirmar que a humanidade neste início de século XXI vivencia  
544 um novo "moinho satânico", agora neoliberal.

545 Lembremos ainda que Polanyi distingue a intervenção governamental das fronteiras entre Estado e mercado, ao  
546 afirmar que o Estado liberal do século XIX conduziu uma dupla ação. "De um lado, agiu em favor da criação dos  
547 mecanismos de mercado e, de outro, implantou mecanismos que o limitaram; de um lado, apoiou o 'movimento'  
548 na direção da sociedade de mercado e, de outro, levou em consideração e reforçou o 'contramovimento' de  
549 resistência da sociedade aos mecanismos de mercado". Para que a sociedade inteira se organizasse de acordo com  
550 a "ficção da mercadoria", constituindo-se como uma "grande máquina de produção e troca, a intervenção do  
551 Estado é indispensável", tanto no plano legislativo, "para fixar o direito de propriedade e contrato", quanto no  
552 administrativo, "para instaurar nas relações sociais regras múltiplas necessárias ao funcionamento do mercado  
553 concorrencial e fazer com que sejam respeitadas. O mercado autorregulador é fruto de uma ação política  
554 deliberada". O contramovimento de proteção à sociedade se dá justamente contra tais tendências destruidoras  
555 do mercado, sendo algumas de suas expressões o protecionismo comercial nacional e o protecionismo social que  
556 se instalou no fim do século XIX. "Portanto, a história deve ser lida segundo um 'duplo movimento' de sentido  
557 contrário: o que leva à criação do mercado e o que tende a resistir a ele" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 63-4).

558 É por essa reflexão que Polanyi (2000) fundamenta sua previsão de morte do liberalismo, na "grande  
559 transformação" dos anos 1930-40. A catástrofe do século XX foi conformada pela dissolução da sociedade pelo  
560 mercado. No pós-guerra, entende o autor, a sociedade reagiu ao mercado, seja pela forma do socialismo, seja  
561 pelo fascismo, tendo o liberalismo sucumbido diante de seu grande fracasso evidenciado pelas guerras. Apesar  
562 de 30 anos depois o liberalismo ter ganhado novo impulso, apegar-se a tal erro de previsão pode nos impedir  
563 de mobilizar os conceitos de Polanyi para definir a racionalidade neoliberal, "moinho satânico" que promove a  
564 concorrência em todas as dimensões da vida humana, formas autoritárias de organização político-social e a piora  
565 das condições de vida da grande maioria da população em todas as partes do mundo.

566 V.

## 567 5 Considerações Finais

568 O lucro como princípio da ação e da vida humana é o fundamento do mercado autorregulável e de uma sociedade  
569 moldada pelo mercado. Em um longo processo histórico de desarticulação social e reorganização do Estado,  
570 tal princípio deu bases para a expansão do mercado como agente regulador dos processos de interação social  
571 como um todo, em suas dimensões materiais e ideológicas. O avanço é tamanho que ao mercado são atribuídas  
572 dotações humanas: ele reage com mudanças de humor a cada manifestação coletiva, intervenção pública ou  
573 acontecimento natural. É uma figura mítica, que denuncia qualquer dissenso como origem do caos, e assim  
574 expande ininterruptamente o "totalitarismo neoliberal".

575 Não à toa, a atual conjuntura repõe de maneira dramática a velha tensão liberal entre capitalismo e democracia.  
576 O sistema econômico, de mercado, ganha corpo a partir de uma institucionalidade que lhe é própria, e cada vez  
577 mais apartada de qualquer controle Volume XXI Issue II Version I 23 ( ) social. Desde cima, ou de uma esfera  
578 oculta que pouquíssimos alcançam, mas sempre presente, modela a sociedade e o Estado à sua maneira, exigindo  
579 que a totalidade social funcione de acordo com seus interesses. Submetido a essa força, o Estado reproduz  
580 cotidianamente a sociedade de mercado, e busca legitimação por um já velho jargão: "não há alternativa".

581 Por isso, como nos ensina Nancy Fraser (2017), é preciso construir "uma visão multidimensional de crise".  
582 O aporte teórico polanyiano, naquilo que denomina *laissez-faire* planejado, traz uma concepção de contradição  
583 capitalista "entre domínios", não mais restrita ao sistema econômico propriamente dito, mas também presente na  
584 "tendência inerente do 'mercado autorregulado' para desestabilizar tanto a sociedade quanto a própria natureza".  
585 As contradições envolvem diferentes condições necessárias à produção mercantil, que colocam sob risco os "os  
586 processos naturais que sustentam a vida e fornecem os insumos materiais para o abastecimento social", assim  
587 como "os processos socioculturais que criam as relações de solidariedade, as disposições afetivas e os horizontes  
588 de valor que sustentam a cooperação social" (FRASER, 2017, p. 4).

589 Assim, o mercado livre se opera pelo "incremento de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de  
590 forma centralizada". Em uma apenas aparente contradição, o mercado que se autorregula avança na regulação de  
591 tudo a sua volta. "A introdução dos mercados livres, longe de abolir a necessidade de controle, regulamentação  
592 e intervenção, incrementou enormemente o seu alcance" (POLANYI, 2000, p. 172). Quem cultua de forma  
593 permanente o Estado enquanto ausência promove sua presença por mecanismos de controle irrestrito: cabe à  
594 tecnocracia e a novas instituições apartadas de qualquer intervenção democrática garantir a expansão ininterrupta  
595 do mercado sobre a vida. Novamente recorrendo às palavras de Chico de Oliveira, estamos diante de um  
596 "totalitarismo neoliberal" que disciplina todas as dimensões da vida de acordo com os interesses de mercado,  
597 e as realidades antes próprias da periferia do sistema capitalista parecem ter-se generalizado. Sob a ação do  
598 Moinho Satânico neoliberal, uma razão única busca se impor e submeter por completo a sociedade e a natureza  
599 ao interesse único da acumulação de capital. <sup>1 2</sup>

---

<sup>1</sup>© 2021 Global Journals

<sup>2</sup>FThe "Satanic Mill" in Neoliberalism © 2021 Global Journals

---

Figure 1:

Volume XXI Issue II Version I

*[Note: 25( )]*

Figure 2:



600 Year 2021

601 .1 F

602 The "Satanic Mill" in Neoliberalism Year 2021

603 .2 F

604 The "Satanic Mill" in Neoliberalism Year 2021

605 .3 F

606 The "Satanic Mill" in Neoliberalism Year 2021

607 .4 F

608 The "Satanic Mill" in Neoliberalism Year 2021

609 .5 F

610 The "Satanic Mill" in Neoliberalism Year 2021

611 .6 F

612 The "Satanic Mill" in Neoliberalism Year 2021

613 .7 F

614 The "Satanic Mill" in Neoliberalism

615 [Hayek et al. ()] , F A Hayek , Law , Chicago . 1973. The University of Chicago Press.

616 [Friedman et al. ()] , M Friedman , Capitalism , Chicago . 2002. The University of Chicago

617 [Oliveira et al. ()] , F Oliveira , Crítica À Razão Dualista. O Ornitorrinco. São , Paulo . 2003. Boitempo.

618 [Foucault et al. ()] , M Foucault , Nascimento Da Biopolítica. São , Paulo . 2010. 70.

619 [Duménil et al. ()] , G Duménil , D Levy , Crise Do Neoliberalismo. São , Paulo . 2014. Boitempo.

620 [Polanyi ()] *A grande transformação: as origens de nossa época*, K Polanyi . 2000. Rio de Janeiro: Compus.

621 [Dardot and Laval ()] *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, P Dardot , C Laval . 2016.  
622 São Paulo: Boitempo.

623 [Querido et al. ()] 'Brasil: uma biografia não autorizada'. F M Querido , R Braga , Apresentação . *Chico de*  
624 *Oliveira e as reviravoltas da Crítica*, F Oliveira (ed.) (São Paulo) 2018. Boitempo.

625 [Paulani et al. ()] *Capitalismo Financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil*, L  
626 M Paulani , F Oliveira , R Braga , C Rizek , Hegemonia . 2010. São Paulo: Boitempo.

627 [\_\_\_\_\_] () 'Estado e Economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil dos  
628 anos 80'. \_\_\_\_\_. *Relume; Campinas: Editora da Unicamp*, (Rio de Janeiro) 1997.

629 [Brown ()] *Nas ruínas do neoliberalismo*, W Brown . 2019. São Paulo, Politeia.

630 [Cardoso ()] 'Notas sobre a reforma do Estado'. F H Cardoso . *Novos Estudos Cebrap* 1998. 50 p. .

631 [Olvera and Panfichi ()] *Orgs.) A disputa pela Construção Democrática na América Latina*, A J Olvera , A  
632 Panfichi . 2006. São Paulo: Paz e Terra.

633 [\_\_\_\_\_] et al. ()] *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes,*  
634 *1999. 18. surgimento do antivalor: capital, \_\_\_\_\_, Privatização* , F Oliveira , M C Paoli . 1988.  
635 (força de trabalho e fundo público. Novos Estudos Cebrap, n. 22)

636 [Novelli and Instituições ()] *política e ideias econômicas: o caso Banco Central do Brasil (1965-1998)*, J M N  
637 Novelli , Instituições . 2001. São Paulo: Annablume/Fapesp.

638 [Boito Jr ()] *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã*, A Boito Jr . 1999.

639 [Dagnino (ed.) ()] *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización. Caracas: FaCES*, E  
640 Dagnino . MATO, D. (ed.) 2004. Universidad Central de Venezuela (Sociedade civil, participação e cidadania:  
641 de que estamos falando)

642 [Cruz ()] 'Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia'. S C V Cruz . *Editora*  
643 *UNESP/Programa San Tiago Dantas (PPGRI)*, (São Paulo) 2007.

644 [Bresser-Pereira ()] 'Um novo Estado para a América Latina'. L C Bresser-Pereira . *Novos Estudos Cebrap* 1998.  
645 50 p. .

646 [Fraser (2017)] *Why Two Karls are Better than One: Integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the*  
647 *Current Crisis. Working Paper der DFG-Kollegforscher\_innengruppe Postwachstumsgesells chaften*, N Fraser  
648 . Nr. 1/2017. 2017. Jena.